

política eleições 2022

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Força gravitacional

Os partidos da coligação de Lula (PT) praticamente repetiram o desempenho na Câmara com relação a 2002, quando ele venceu pela primeira vez. Foram 128 deputados eleitos há 20 anos (24,9%), contra 123 agora (23,9%). Já o polo anti-Lula, representado hoje por Jair Bolsonaro (PL), fez 187 deputados (36,4%), enquanto as legendas da órbita tucana em 2002 elegeram 278 (54,2%). Mesmo assim, o petista conseguiu na época formar uma base para aprovar projetos e eleger o presidente da Câmara.

RASTEJANTE Líder do governo Lula na época, o ex-deputado Aldo Rebelo diz que isso prova que é precipitada a análise de que o petista terá problemas para governar com o Legislativo. “Quem ganhar a eleição vai fazer maioria, como fizemos naquele momento, pois os deputados lutam pela sua sobrevivência. Governo é igual cobra, até morta faz medo”, diz.

ARITMÉTICA No Senado, o quadro não é muito diferente. Em 2002, os lulistas elegeram 13 das 54 cadeiras que estavam em jogo (24%), e agora foram 5 em 27 (18,5%). O outro polo fez 55,5% das vagas disputadas há 20 anos, e 48,1% agora.

CHEGA PRA LÁ Bolsonaro (PL) decidiu manter certa distância no segundo turno do deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) para não se indispor ainda mais com o senador reeleito Romário (PL-RJ). Silveira publicou em uma rede social um vídeo no qual o presidente declara voto nele.

TREINAR PRA QUÊ O episódio causou uma saia justa com Romário. Bolsonaro disse a interlocutores ter ficado irritado com Silveira por ter divulgado o vídeo sem a sua autorização. O presidente conta com o ex-jogador de futebol para ampliar seu apoio sobre Lula no Rio de Janeiro.

NOVOS ARES Com a concorrência de Capitão Contar (PRTB) pelo voto bolsonarista no Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB) tem buscado ampliar seu apelo junto à esquerda. Na quinta (6), o candidato ao governo reuniu-se com sindicatos ligados ao PT, numa mesa com referências a Lula e ao número 13.

SÉRIE B Pela primeira vez desde a redemocratização, o MDB não terá a maior bancada no Senado. Com 10 senadores, perderá o posto para o PL, com 14 cadeiras. O resultado jogou os emedebistas para o quarto lugar, atrás de União Brasil e PSD, cada um com 11. Senadores atribuem o desempenho à candidatura presidencial de Simone Tebet, que teve pouco mais de 4% dos votos.

PESOS E MEDIDAS Segundo o MDB Nacional, as candidaturas ao Senado obedeceram a composições sob responsabilidade dos diretórios estaduais. O partido diz que a tese de “efeito Tebet” não se sustenta “quando observamos o resultado da Câmara, onde o MDB aumentou suas cadeiras de 34 para 42, tornando-se a quarta maior bancada”.

OPTEI A ex-prefeita de SP Marta Suplicy, hoje secretária municipal na capital, vai apoiar Fernando Haddad (PT) para o governo de SP. Isso apesar de rugas passadas entre eles, e do anúncio de voto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em Tarcísio de Freitas (Republicanos).

ARDE O número de focos de incêndio em duas terras indígenas no sul do Pará quadruplicou em setembro em relação ao mesmo mês de 2021. Foram 3.907, contra 981 no mesmo período do ano passado, segundo compilação do Instituto Kabu, de Novo Progresso (PA).

LABAREDAS Os dados se referem às terras Baú e Menkragnoti, além de uma área de 100 km ao redor de cada uma delas. O salto nessas duas regiões foi maior do que o registrado na média da Amazônia, de 143% nos últimos 12 meses.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL

PLANO MENSAL

Digital Ilimitado

R\$ 29,90

Digital Premium

R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA

MG, PR, RJ, SP

DF, SC

ES, GO, MT, MS, RS

AL, BA, PE, SE, TO

Outros estados

Venda avulsa

seg. a sáb.

R\$ 6

R\$ 7

R\$ 7,50

R\$ 11,50

R\$ 12

dom.

R\$ 9

R\$ 10

R\$ 11

R\$ 14

R\$ 15

Assinatura semestral*

Todos os dias

R\$ 827,90

R\$ 1.044,90

R\$ 1.318,90

R\$ 1.420,90

R\$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

347.577 exemplares (agosto de 2022)



Trecho do anel viário de Imperatriz (MA), obra da estatal Codevasf realizada pela construtora Engelfort que teve que passar por reforma logo após sua entrega, devido aos buracos Adriano Vizoni - 30.mar.2022/Folhapress

Cartel do asfalto fraudou licitações de R\$ 1 bilhão sob Bolsonaro, diz TCU

Ministro escolhido pelo presidente da República contraria área técnica e libera contratos; Codevasf e empresa dizem seguir lei

Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA Uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) revela indícios da ação de um cartel de empresas de pavimentação em fraudes a licitações da estatal Codevasf que somam mais de R\$ 1 bilhão no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

A investigação da área técnica do TCU foi motivada por uma série de reportagens da Folha e constatou que um grupo de empresas agiu em conluio em licitações tanto na sede da Codevasf, em Brasília, como nas suas superintendências regionais, “representando um risco à própria gestão” da empresa pública.

O levantamento afirma que a construtora Engelfort é a principal beneficiada do suposto esquema, vencendo editais com indícios de fraude que somam R\$ 892,8 milhões.

Como revelou a Folha, a empreiteira maranhense dominou as licitações da estatal em 2021 e em parte delas usou a empresa de fachada Del, o que foi confirmado pelos técnicos do tribunal.

Para realizar o pente-fino, o TCU adotou como base um guia de combate a cartéis usado pelo Cade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Com isso, diz ter encontrado evidências de que as ações do cartel do asfalto envolveram propostas de fachada e combinação de rodí-

zio entre as empresas.

A auditoria apurou que houve expressivo aumento do volume licitado, tanto em lotes como em recursos, mas ao mesmo tempo ocorreu redução da concorrência e uma diminuição abrupta do desconto médio nas licitações entre 2019 e 2021.

As situações mais graves foram detectadas no ano passado. Nas 50 licitações que venceu em 2021, a Engelfort deu em média um desconto de apenas 1%, o que foge do padrão de mercados em que há competitividade normal.

Considerando todas as licitações realizadas pela Codevasf desde o primeiro ano do atual governo, o desconto médio despencou de 24,5% para 5,32% em três anos.

Mesmo admitindo a gravidade da situação, o ministro do TCU relator do caso, Jorge Oliveira, contrariou o parecer da área técnica do tribunal e não suspendeu o início de novas obras ligadas às licitações sob suspeita. Oliveira chegou ao TCU por indicação de Bolsonaro, de quem é amigo.

A Codevasf já é alvo de investigação da Polícia Federal, que diz ter encontrado indícios de corrupção na superintendência do Maranhão, com pagamento de R\$ 250 mil a um gerente que foi alvo de operação no mês passado.

“

O esquema que se identifica naquelas 63 disputas teve como objetivo proporcionar a vitória da Engelfort, tendo 27 empresas se destinado apenas a cobrir a participação dessa empresa líder, compondo o número de participantes dos certames a fim de dar aparência de concorrência

exame técnico no processo 005-920/2022 TCU (Tribunal de Contas da União)

ganda do deputado federal Elmar Nascimento, líder da União Brasil na Câmara dos Deputados, após intermediação de um vereador aliado em Juazeiro (BA). Isso, segundo especialistas, configura uma situação de compra de votos.

Elmar foi responsável pela indicação do atual presidente da Codevasf, Marcelo Andrade Moreira Pinto.

A Codevasf é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que na maior parte do período investigado pelo TCU era comandado por Rogério Marinho (PL-RN), que assumiu a coordenação de campanha de Bolsonaro no Rio Grande do Norte após ser eleito senador pelo estado.

As publicações da Folha sobre as manobras licitatórias da Codevasf e a participação de empresa de fachada nas concorrências vencidas pela Engelfort chamaram a atenção da área técnica do TCU, que resolveu analisar todas as disputas realizadas entre 2018 e 2021 pela Codevasf, somando cerca de R\$ 4 bilhões.

“Diante de tais notícias, em abril de 2022, avaliou-se, no âmbito da Seinfra Operações, a existência de indícios de fraude à licitação nos certames de pavimentação”, segundo a auditoria.

O trabalho foi realizado por duas áreas de fiscalização do TCU, a Seinfra Operações e a Seinfra Urbana, que esquadriharam cada lance dado pe-

Continua na pág. A5



Continuação da pág. A4

As licitações de asfaltamento da Codevasf são feitas de maneira online e por meio de uma forma simplificada chamada pregão eletrônico.

Os técnicos da corte apontaram que o esquema de conluio visto em 63 pregões da Codevasf, que totalizaram R\$ 1,13 bilhão, teve como objetivo viabilizar vitórias principalmente da Engefort.

Segundo o relatório, 27 empresas participaram dessas licitações “apenas a cobrir a participação dessa empresa líder [Engefort], compondo o número de participantes dos certames a fim de dar aparência de concorrência”, enquanto outras sete firmas entraram nas disputas “em troca de garantir a vitória em algumas poucas oportunidades”.

Assim, ao todo 35 empresas são consideradas suspeitas de participarem do cartel e compõem um “grupo de risco” na avaliação dos técnicos.

O levantamento da corte ainda afirma que a atuação da construtora Del, revelada pela Folha em abril, servia para dar a aparência de que há concorrência nos editais.

“A ausência de funcionários, as estreitas relações com a Engefort, empresa que sempre participa das mesmas licitações, e a recusa em enviar propostas sempre que convocada, indicam que a Construtora Del é utilizada para auxiliar a viabilidade de licitações”, de acordo com os auditores.

Os exames técnicos detalham, por exemplo, as fraudes do cartel em licitações em Minas Gerais e na Bahia.

“Nas licitações de Montes Claros [MG] verificam-se indícios de divisão de lotes, on-

de a Engefort venceu seus lotes com descontos quase sempre inferiores a 1% e outra(s) empresa(s) que participou da disputa se sagrou vencedora de um ou dois outros lotes, sempre com desconto também muito baixo”, segundo a auditoria.

Já em concorrências em Bom Jesus da Lapa (BA), “a Engefort se sagrou campeã de todos os lotes com descontos entre 0,6% e 1,5%, embora em todos os casos houvesse pelo menos outras três ou quatro empresas participando dos certames”.

Em sessão do TCU de quarta-feira (5), o ministro relator Jorge Oliveira disse que o suposto esquema consiste na “elaboração de propostas fictícias, a supressão de propostas e a combinação de rodízio entre as empresas”.

Em seu voto escrito, ele reconheceu que “as questões trazidas pela equipe de fiscalização possuem inegável relevância e materialidade e merecem receber atenção”.

Ainda assim, disse não estar convencido de que há elementos necessários para impedir novos contratos.

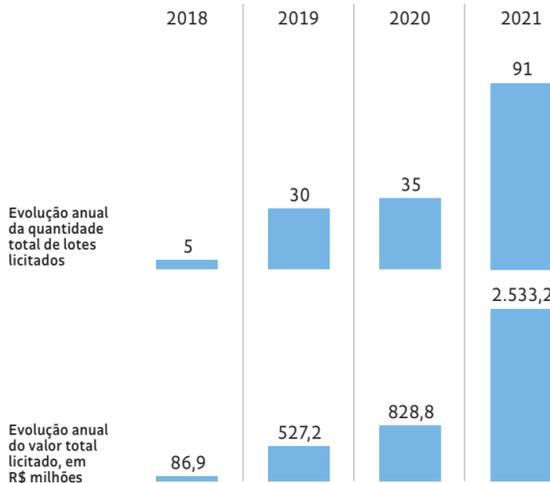
“Existem indícios da existência de conluio, mas não tenho a convicção de que esses elementos serão suficientes para demonstrar a existência de fraude em todos os certames listados e, menos ainda, da necessidade de paralisação ou mesmo anulação dos contratos”, afirmou Oliveira.

Ex-policia militar do Distrito Federal, Oliveira trabalhou com Bolsonaro na Câmara dos Deputados e foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência. Indicado em outubro de 2020 pelo presidente ao TCU, o ministro tem articulado em favor de projetos de interesse do governo.

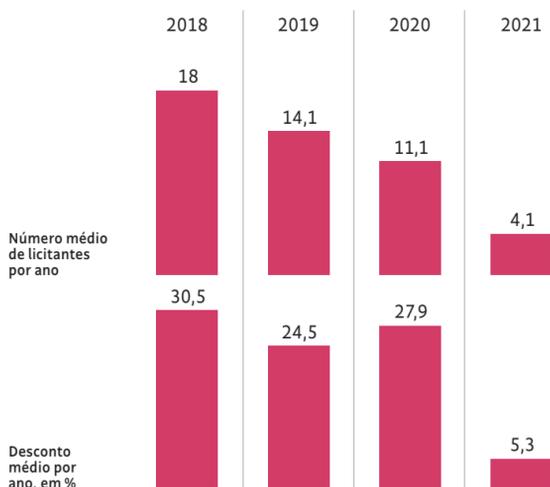
Os indícios de cartel nas licitações de pavimentação da Codevasf

TCU comparou valores do último ano da gestão Temer e triênio do governo Bolsonaro

Enquanto houve aumento nas licitações e seus valores



Caiu a quantidade de participantes e o desconto médio nas concorrências



Fonte: TCU

Codevasf e Engefort dizem cumprir a lei em licitações

OUTRO LADO

Procurada pela Folha, a Codevasf afirma que suas licitações são feitas de acordo com a lei, por meio do portal de compras do governo federal, e são abertas à participação de empresas de todo o país.

A estatal relata que ainda não foi notificada sobre a investigação do Tribunal de Contas da União e que “a competência para conduzir investigações do gênero pertence a órgãos de fiscalização e controle, com os quais a companhia mantém postura de cooperação permanente”.

A Engefort nega que tenha liderado um cartel para fraudar licitações da Codevasf.

“Em todos os processos licitatórios em que a Engefort participou e foi vencedora, o fez de forma regular, preenchendo os requisitos previstos no edital e cumprindo a lei, repudiando veementemente quaisquer alegações de indícios formação de cartel, conluio e fraude”, afirma.

Ela relata que desconhece o processo do TCU e que não foi notificada, “razão pela qual se abstém de se manifestar sobre informações até então desconhecidas”.

Diz ainda que não está respondendo a processo quanto aos contratos e que não compactua com irregularidades.

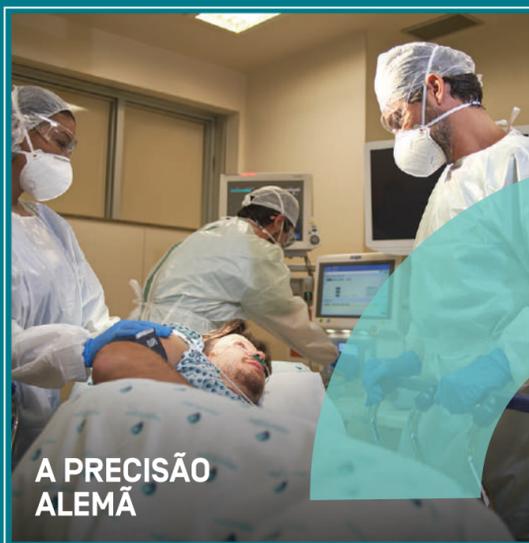
O Tribunal de Contas da União disse que a manifestação da corte sobre o tema já foi dada “por meio do acórdão aprovado em plenário e fundamentado pelo voto do ministro relator”.

Para o que você precisar, conte com o Centro Especializado em Aparelho Digestivo do Hospital Alemão Oswaldo Cruz.

125 ANOS CUIDANDO DE VOCÊ

Referência no país, o Centro Especializado em Aparelho Digestivo do Hospital Alemão Oswaldo Cruz tem uma equipe multidisciplinar completa com clínicos, cirurgiões, nutrólogos e nutricionistas.

Um time preparado para atender você, oferecendo prevenção, tratamento, consultas e exames como Endoscopia e Colonoscopia. Se precisar, já sabe: procure quem é referência no assunto.



A PRECISÃO ALEMÃ



COM O ACOLHIMENTO BRASILEIRO

O NOSSO HOSPITAL É ASSIM:

Especialista em cuidado. Há 125 anos.



Escaneie o QR Code e agende agora mesmo sua consulta

- Tel: 11 3549-1000
- hospitaloswaldocruz.org.br
- Baixe o App Meu Oswaldo Cruz
- LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA: pertinho da Av. Paulista R. Treze de Maio, 1.815 - Bela Vista

OSWALDO CRUZ
HOSPITAL ALEMÃO

política eleições 2022

E o apoio a ditaduras pelo PT?

Neste momento, a maior ameaça de venezuelização do Brasil está em Bolsonaro

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Muitos, com razão, ficam apreensivos ao ver Lula apoiar ditaduras de esquerda. Esse suposto apoio é às vezes aumentado pela propaganda de direita. Mesmo assim, há uma evidente condescendência quando o regime é de esquerda: Cuba, Venezuela, Nicarágua. A política de cooperação econômica nos anos PT tinha a mesma benevolência.

Por pior que seja a condescendência petista com ditaduras de esquerda, contudo, é preciso reconhecer: não houve, nos treze anos de governo

PT, tentativa de replicar aqui o que foi feito em Cuba, Venezuela ou Nicarágua.

Não que tudo fosse às mil maravilhas: a retórica que trata a imprensa como inimiga, o discurso polarizante, tudo isso existiu também nos anos PT. Mas o que foi feito naqueles anos parece brincadeira de criança perto da violência de agora, e quem o atesta são os (e especialmente “as”) jornalistas que foram alvo tanto da militância petista quanto da bolsonarista.

Certas instituições saíram

fortalecidas dos governos petistas, como Polícia Federal e Ministério Público. Os ministros do Supremo indicados por governos PT (em especial o governo Dilma) são os que mais se destacam no combate à corrupção, inclusive a corrupção do PT. O aceno a uma esquerda antidemocrática latino-americana é lamentável, mas não se traduziu em ditadura aqui.

De Bolsonaro não se pode dizer o mesmo. A investida contra as instituições da democracia é constante. E já tem total clareza do inimigo a vencer:

o STF está na mira. O próprio Bolsonaro, o senador eleito General Mourão, o deputado reeleito Ricardo Barros, todos já passam a mesma mensagem: se o Supremo não se curvar ao bolsonarismo, vão aumentar o número de cadeiras, o que daria para Bolsonaro o poder de selecionar os novos ocupantes. Como ele próprio já afirmou, seu principal critério é a lealdade do novo ministro.

Sem um Supremo atuante, o campo está aberto para tudo aquilo que foi barrado ao longo dos últimos anos: decre-

to ainda mais agressivos para venda e circulação de armas de fogo —sem nenhuma fiscalização—, formação de milícias pró-governo, ataques e ameaças a pessoas que ousem se contrapor ao presidente, liberação formal do vale-tudo ambiental, intrusão ideológica direta na educação, restrições à liberdade de expressão, inundação da comunicação com fake news, ameaças e discurso de ódio. Ricardo Barros já fala em leis para punir institutos de pesquisa. A intimidação estará permitida.

Bolsonaro não tirou essa estratégia da cartola. É o livro de regras do populismo antidemocrático, que pode ser de direita ou de esquerda. Quando a ditadura é de direita, Bolsonaro apoia e até bajula, como fez com Viktor Orbán na Hungria.

E copia seus métodos em casa. Orbán também acabou com

a independência do Judiciário. Na Hungria, só restaram grupos de mídia controlados por amigos do primeiro-ministro. Leis eleitorais foram alteradas para garantir a reeleição perpétua do partido dominante, que também domina os recursos para financiar seus aliados, além de ter criado ao seu redor um círculo de oligarcas apoiadores do regime. Mesmo as universidades estão sob vigilância. E é com esse governo que Bolsonaro diz ter “afinidades”.

O apoio do PT a ditaduras de esquerda é condenável. Nunca se traduziu, contudo, em tentativas de copiar seus métodos aqui dentro. Se tentar por exemplo num “controle social da mídia” —há todo um Congresso bolsonarista para barrá-lo. É por isso que, neste momento, a maior ameaça de venezuelização do Brasil está em Bolsonaro.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes, Juliano Spyer | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Empreiteira ligada a ex-líder do governo Bolsonaro atuou em cartel, afirma TCU

Investigada tem elos com senador Fernando Bezerra Coelho; empresas negam irregularidades

Flávio Ferreira

SÃO PAULO Uma empreiteira ligada a familiares do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ex-líder do governo Jair Bolsonaro (PL) no Senado, é uma das empresas suspeitas de integrar um cartel no setor de pavimentação que teria fraudado mais de R\$ 1 bilhão em licitações da estatal federal Codevasf, segundo auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União).

A construtora baiana Liga Engenharia tem como um de seus sócios Pedro Garcez de Souza, cunhado de um sobrinho de Bezerra Coelho.

A empresa é investigada sob a suspeita de ter combinado dividir licitações da superintendência pernambucana da Codevasf com outras três empresas, além de ter apresentado propostas de fachada em outras concorrências da estatal federal, de acordo com o tribunal de contas.

A regional da Codevasf em Pernambuco é sediada em Petrolina (a 712 km de Recife), reduto eleitoral de Bezerra Coelho que recebeu mais de R\$ 300 milhões em emendas e transferências extraordinárias apadrinhadas pelo senador apenas nos dois primeiros anos da gestão Bolsonaro no governo federal.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) foi entregue pelo presidente Bolsonaro ao controle do centrão em troca de apoio político no Congresso Nacional.

A Liga Engenharia já havia sido alvo de apurações da CGU (Controladoria-Geral da União) e do TCU, incluindo uma licitação na qual todas as suas 18 concorrentes haviam sido desclassificadas até que ela vencesse a disputa.

O caso pernambucano é emblemático sobre a suspeita do TCU de formação do cartel do asfalto e teve destaque na auditoria do tribunal por mostrar como supostamente ocorria a divisão das licitações do governo federal para asfaltamento de rodovias por membros do esquema.

No fim do ano passado, a superintendência da Codevasf em Pernambuco dividiu as obras de pavimentação por regiões e fez licitações para cada uma delas.

As disputas foram feitas por meio de uma forma simplificada de concorrência chamada pregão eletrônico, que ocor-

re de modo online.

Os auditores do TCU analisaram cada lance dos pregões e chegaram à conclusão de que houve uma combinação entre empresas do cartel do asfalto para dividir o conjunto das obras. Dessa forma, não foram aplicados descontos significativos concedidos pela administração pública, aumentando os lucros das empreiteiras participantes dos processos licitatórios.

Em quatro lotes examinados pelo tribunal de contas, quatro empresas diferentes foram ganhadoras: a Liga Engenharia; a empreiteira maranhense Engafort, suspeita de ser a líder do cartel; e as construtoras baianas Sanjuan Engenharia e CBS (Construtora Bahiana de Saneamento).

Os pregões foram relativos à pavimentação de rodovias nas regiões metropolitana, zona da mata, agreste e sertão de Pernambuco.

Após montarem quadros nos quais detalharam o “comportamento das empresas” nos pregões, os auditores apontaram “indícios de rodízio de lances para dividir as quatro licitações entre as quatro licitantes, o que teria sido acompanhado de supressão de propostas e propostas fictícias ou de cobertura”.

“Também se configura rodízio de propostas entre as vencedoras daqueles certames”, completaram os auditores.

O que mais chamou a atenção do TCU foram os baixos valores dos descontos oferecidos pelas empresas ganhadoras das licitações: 0,77% (Engafort), 3,41% (Sanjuan), 4,05% (CBS) e 11,33% (Liga).

Outro padrão indicativo da ação cartelizada dessas empreiteiras foi o de que, “em cada licitação, a suposta disputa ocorreu somente entre a empresa vencedora e a Engafort. As demais empresas não deram lances, ou deram lances não competitivos”, segundo a auditoria do TCU.

Após a publicação em abril de uma série de reportagens da Folha sobre o fato de a Engafort ter dominado as licitações da Codevasf em 2021 e usado uma empresa de fachada em parte dos pregões eletrônicos, o contrato da empreiteira com a Codevasf relativo à região metropolitana de Recife, no total de R\$ 61,5 milhões, foi encerrado.

À época, a Codevasf afirmou que “a empresa vencedora [Engafort] alegou não



Obra de pavimentação da Codevasf realizada no Maranhão Adriano Vizoni - 30.mar.22/Folhapress

A divisão do mercado pelo cartel do asfalto em licitações de PE

Em quatro lotes de obras de pavimentação em 2021 na superintendência da Codevasf em Petrolina (PE), quatro empresas diferentes foram vencedoras, concedendo baixos descontos

Licitação	12/2021	13/2021	14/2021	15/2021
Vencedora	■ Engafort	■ Liga Engenharia	■ CBS - Construtora Bahiana de Saneamento	■ Sanjuan Engenharia
Desconto concedido	0,77%	11,33%	4,05%	3,41%
Participantes	■ Liga Engenharia ■ Construtora "X"	■ Engafort ■ Sanjuan Engenharia ■ Construtora "X"	■ Liga Engenharia ■ Engafort ■ Construtora "X"	■ Engafort ■ Liga Engenharia ■ CBS ■ Construtora "Y"

Fonte: Auditoria TCU

ter condições de executar o contrato” e que a rescisão do acordo com a estatal federal foi feita de forma amigável.

O contrato então foi repassado para a segunda colocada na licitação, realizada em 2021, exatamente a Liga Engenharia, agora suspeita de ser parceira da Engafort no suposto cartel do asfalto.

Procurados pela reportagem, a Liga Engenharia, a construtora CBS e o senador Fernando Bezerra Coelho não se manifestaram até a conclusão desta edição.

A construtora Engafort afirmou que nunca combinou preços com empresas concorrentes e que jamais atuou para fraudar qualquer licitação em que tenha participado.

“Tendo em vista que a Engafort não exerce nenhuma gestão quanto às decisões de empresas concorrentes nas licitações públicas e respectivos pregões, não pode ser imputado a esta a responsabilidade de quanto à margem de desconto ofertado por suas concorrentes, nem tampouco lhe pode ser exigido tais explicações”, afirmou a empresa.

Segundo a empreiteira maranhense, “em todos os processos licitatórios que participou e foi vencedora, o fez de forma regular, cumprindo rigorosamente o que determina a lei”.

A Sanjuan Engenharia afirmou que as licitações das quais participou por obras de pavimentação de rodovias em 2021 foram realizadas mediante pregão eletrônico com ampla divulgação, “sendo impossível saber quais empresas iriam concorrer, muito menos o preço a ser apresentado” pelas concorrentes.

“A empresa e seus dirigentes não possuem qualquer relação com as demais empresas participantes”, disse.

“Desconhecemos os motivos pelos quais as outras empresas deram desconto pequeno, talvez pelo aumento excessivo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo), item com peso de mais de 50% do custo destes serviços, além do aumento de preço dos demais itens como o combustível”, completou a empreiteira.

Já a Codevasf afirmou que “o processo administrativo instaurado pelo TCU —do qual a Codevasf não é alvo— investiga suposto indicio de fraude e atuação coordenada de empresas privadas que participaram de certames realizados pela companhia”.

“A competência para conduzir investigações do gênero pertence a órgãos de fiscalização e controle, com os quais a companhia mantém postura de cooperação permanente. Ao final do processo, o TCU poderá promover a responsabilização das empresas investigadas caso sejam constatadas irregularidades”, afirmou a estatal.

Meios e fins

Os fins justificam os meios, assegura a crença de pessoas que se imaginam superiores

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento racial". É doutor em geografia humana pela USP

"O tema dessa campanha não é economia, são os temas propostos por Bolsonaro, o que significa que o presidente venceu o debate desta eleição". Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil, não erra no diagnóstico. Na TV e nas redes sociais, a campanha de Lula emula a linguagem do bolsonarismo. Segundo a síntese do ministro, "Lula não está lutando no campo dele; está travando uma eleição no campo adversário".

A gosma oriunda da campanha bolsonarista espalhou-se por toda a comunicação eleitoral, dos dois lados. Sob o "efeito Janones", a campanha lulista

transitou da qualificação de "genocida", aplicada ao presidente desde a pandemia, para sugestões de que ele teria inclinações ao canibalismo e à pedofilia. Jogo empatado? Diferentes pesquisas, que registram discretas quedas nos índices de rejeição a Bolsonaro, indicam que não. O jogo "no campo adversário" sempre serve ao adversário — eis uma regra universal da política.

A interpretação de texto, mesmo elementar, evidencia níveis deploráveis de distorção. Na entrevista antiga ao New York Times, Bolsonaro pretendia associar (falsamen-

te) indígenas brasileiros à prática do canibalismo e impressionar o interlocutor exibindo-se (pateticamente) como tolerante à diversidade cultural.

Já as declarações do presidente sobre as meninas venezuelanas, expressas na sua vulgaridade habitual, simplesmente atestam arraigados preconceitos, tanto sobre mulheres quanto sobre refugiados. O "janonismo", porém, escolheu acusar o presidente de ser um potencial devorador de índios e um adepto, real ou virtual, da pedofilia.

Os expedientes tóxicos do "janonismo" não comoveram o

eleitorado. Entretanto, entusiasmaram comentaristas "progressistas" engajados, aberta ou veladamente, na campanha lulista. A turma, muito culta, nada entendeu sobre a relação entre meios e fins.

Os fins justificam os meios, assegura uma crença ingênua adotada por pessoas que se imaginam moralmente superiores. De fato, os meios qualificam e moldam os fins. O "carluxismo" é um meio eficiente para produzir um governo extremista, inclinado ao preconceito e propenso ao golpismo. O "janonismo", imagem espelhada do "carluxismo", não é um

meio apropriado para gerar um governo democrático, capaz de respeitar a pluralidade social e a divergência política.

O PT não é neófito na prática de campanhas difamatórias. Nos idos de setembro de 2014, operando em nome de Dilma Rousseff, João Santana montou a célebre peça de TV na qual Marina Silva expropriava a comida dos pobres, transferindo-a aos banqueiros. O recurso à linguagem do esgoto funcionou — e a política brasileira enveredou por um labirinto escuro.

O paralelo é, contudo, impecável. A propaganda imunda de 2014 surtiu efeito pois situava-se, ainda, nos limites da esferas da política: o alvo não era a pessoa da candidata, mas sua proposta de conceder independência ao Banco Central. Hoje, o "janonismo", imitação do "carluxismo", move-se no terreno da difamação pessoal.

Numa ofensiva recente, a

campanha de Lula divulga um vídeo no qual Bolsonaro homenageia Alfredo Stroessner, acompanhado pela notícia de que o ex-ditador paraguaio era um "pedófilo que mantinha meninas como escravas". No caso, o tema não é exatamente a ditadura, mas a pedofilia. A absorção da linguagem bolsonarista tem implicações que ultrapassam o 30 de outubro.

A vida política não se encerra, apoteoticamente, no segundo turno. Depois dele, o Congresso votará leis relevantes, o STF pronunciará sentenças cruciais, os eleitores voltarão às urnas em novas eleições municipais, estaduais e federais. Sempre será possível asseverar que algo decisivo — inclusive a democracia — depende por um fio. A alegação utilizada para justificar o jogo sujo "no campo adversário" ressurgirá em múltiplas oportunidades. O bolsonarismo terá triunfado — mesmo após a derrota.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes, Juliano Spyder | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

No TCU, atuação de Alcolumbre e cartel do asfalto opõem técnicos e ministros

Indicado de Bolsonaro arquivou caso com indícios de favorecimento de senador aliado a empresa

Mateus Vargas e Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO Os julgamentos do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre indícios de formação de cartel, desvios, superfaturamentos e direcionamentos em contratos da estatal Codevasf têm sido marcados por grandes divergências entre os ministros e a área técnica do tribunal.

Em um caso que envolveu emendas de relator de autoria do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), os técnicos do TCU apontam direcionamento à empreiteira Engfort, suspeita de liderar um cartel que atua na Codevasf.

No ofício que enviou à estatal escolhendo as cidades a serem beneficiadas e o tipo de pavimento que elas receberiam, Alcolumbre anexou até uma planilha com o timbre da construtora.

Nesse caso os auditores viram também tentativa de desvio de material pela empreiteira, que tentou cobrar pela colocação de brita em uma obra sem que o material tivesse sido realmente usado, além de indícios de superfaturamento e superdimensionamento.

Já o relator do caso, o ministro Jorge Oliveira, indicado ao cargo pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), não viu favorecimento de Alcolumbre à Engfort.

O ministro acatou o argumento de que a construtora ganhara todas as licitações de diferentes tipos de pavimentação no Amapá, e assim, de qualquer forma, levaria os contratos no estado.

Quando ao fato de a Engfort ter cobrado por material não usado, Oliveira considerou ter havido "falha" que foi admitida e corrigida pela empreiteira.

Os documentos do caso de Alcolumbre são um roteiro de como as emendas de relator podem se tornar fonte de irregularidades em redutos eleitorais, mas Oliveira votou pelo arquivamento do caso com apenas algumas recomendações à Codevasf. Seu voto foi seguido pelos outros integrantes do plenário do tribunal para encerrar o caso.

O caso é emblemático de situações relativas à Codevasf nas quais os auditores concusados apontam levantamentos e perícias para pedir a suspensão de obras e responsa-



O senador Davi Alcolumbre (União-AP) no plenário. Pablo Valadares - 23.jun.22/Divulgação Câmara dos Deputados

bilização dos envolvidos, mas os ministros, que chegam à corte por indicação política, mantêm o aval para a estatal dar continuidade a contratos e licitações suspeitas.

Em outro caso recente com relatoria de Oliveira, no dia 5, o plenário do TCU negou um pedido de medida cautelar para impedir a realização de novas obras com um grupo de empresas suspeito de formar cartel para fraudar concorrências que superam R\$ 1 bilhão.

Oliveira reconheceu os "indícios da existência de conluio", mas disse que não estava convencido sobre a necessidade de travar novas obras. Amigo de Bolsonaro, Oliveira foi indicado pelo presidente no fim de 2020 ao tribunal.

Um dos grandes pontos de divergência entre técnicos e os ministros é a permissão dada pelo TCU para a Codevasf usar uma modelagem simplificada de licitação.

Com esse aval, a estatal tem feito "contratos guarda-chu-

vas", por exemplo, para pavimentação em estados inteiros. Na sequência, a companhia autoriza obras em municípios indicados por congressistas autores de emendas parlamentares.

O propósito declarado da estatal e acolhido expressamente pelos ministros é escoar verbas de emendas parlamentares a partir dessas concorrências.

O principal argumento da Codevasf e dos ministros é que, apesar de criar riscos para irregularidades, o modelo permite levar obras a pequenos municípios de regiões rurais mais rápido do que no sistema tradicional de concorrências públicas e convênios com prefeituras.

No voto em que arquivou o caso que envolvia Alcolumbre, Oliveira defendeu que a Codevasf tenha tempo para aperfeiçoar o uso do modelo.

"É necessário cautela para que este tribunal não enxergue e avalie os novos pro-

cedimentos com as mesmas lentes e réguas até aqui utilizadas, sob o risco de se jogar por terra toda a nova sistemática de contratação apresentada pela Codevasf".

O ministro também aludiu ao fato de os auditores defenderem o fim do modelo. "É fazer com que a fiscalização se constitua em um instrumento que auxilie no aprimoramento contínuo em prol da gestão pública, e não que defenda o continuísmo de práticas que reconhecidamente não vinham funcionando a contento", escreveu.

Na sessão do dia 5, o ministro substituto Augusto Sherman, primeiro a analisar os casos da estatal no tribunal, expôs publicamente a queda de braço com as áreas técnicas, chamadas de Seinftras (Secretarias de Infraestrutura), em relação aos casos da Codevasf.

"Desde o início as nossas Seinftras vêm manifestando posicionamento contrário a essa metodologia. Eu enfren-

tei isso no processo original, e contei com apoio do nosso plenário", afirmou o ministro.

Ele pediu que o TCU faça estudos para avaliar se é vantajoso ou não manter as contratações nesse formato, mas ressaltou que era preciso procurar casos nos quais o modelo trouxe resultados positivos.

Foi então que o presidente do TCU, Bruno Dantas, fez um aparte para elogiar a proposta de novos estudos, mas também para explicitar que até agora o cenário é negativo para o mecanismo. "É impressionante a enxurrada de representações que chegam ao TCU todas as semanas", disse.

Sherman interveio: "O que friso é que nesse monitoramento tem que pegar os casos que deram certo, e não só o que deu errado, como a gente normalmente faz". Ao final, os ministros aprovaram a proposta de Sherman.

Segundo uma nota do tribunal divulgada no dia 10 sobre a reportagem da Folha relativa ao suposto cartel, Oliveira apontou que seria "temerário conceder-se medida cautelar de caráter genérico, alcançando diversos certames, sem o escrutínio de cada um deles".

"Na decisão unânime do colegiado, a partir de proposta do ministro Jorge Oliveira, o TCU determinou o prosseguimento das análises e o envio das informações coletadas à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Política Federal e ao Ministério Público Federal, a fim de contribuir com apurações já em curso ou subsidiar novas linhas de investigação", disse o TCU.

Na nota, a corte disse que tomou medidas para combater supostas irregularidades na Codevasf em outros processos avaliados na mesma sessão do dia 5.

Em julho, Alcolumbre afirmou desconhecer o caso e disse que a Codevasf é a responsável pela execução orçamentária e de implantação das obras. A Codevasf afirmou à época que atua em permanente cooperação com órgãos de fiscalização e empreende obras e ações com abordagem técnica, rigor na aplicação de recursos orçamentários e estrita observância à legislação em vigor.

Já a Engfort relatou que "não está respondendo a nenhum processo" e não compactua com irregularidades.

CNJ suspende pagamento de R\$ 5 bilhões a magistrados do TJ de MG

Carla Araújo e Eduardo Militão

BRASÍLIA | UOL O corregedor do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Luís Felipe Salomão, suspendeu nesta sexta (21) os pagamentos bilionários de "vantagens pessoais" a magistrados do TJ-MG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais).

A decisão foi proferida após o UOL revelar, nesta sexta, que o presidente da corte mineira, Arthur Carvalho, estimou em R\$ 5 bilhões os gastos com verbas como adicional por tempo de serviço e quinquênios, retroativos a 2006. Parte dos pagamentos, considerados "incontroversos" pela magistratura mineira, já caiu na conta de juizes e desembargadores em 1º de outubro.

Salomão quis saber qual o volume de pagamentos "incontroversos", o custo dos benefícios já pagos e a pagar no futuro.

Salomão pediu cópia de todos os documentos do processo administrativo e o envio de atas, notas taquigráficas e transcrições dos julgamentos que autorizaram o pagamento das verbas aos magistrados.

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Rocha Furtado, também pediu providências sobre o caso. Em ofício ao procurador-geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, Furtado diz que o alto montante de recursos públicos favorecerá um pequeno grupo de servidores.

A Associação dos Magistrados de Minas (Amagis) negou que o pagamento criará "supersalários". Além disso, frisou que se trata de um "direito adquirido".

A assessoria do TJ de Minas disse que "eventual equívoco no pagamento de servidores ou magistrados, fundado em decisão judicial, pode repercutir na composição de saldo retroativo".

Um desembargador do TJ de Minas ganha R\$ 35 mil brutos por mês, quase o limite salarial do STF (Supremo Tribunal Federal), que é de R\$ 39 mil mensais.

política

O mercado não tem Comitê Central

É uma teia complexa de intercâmbios pela qual flui o sangue das economias

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP

O Povo (famélico) contra o Mercado (rico, ganancioso, especulativo) — o tema circulou desde o esboço da PEC da Transição, nos discursos de Lula, dos dirigentes petistas e da torcida uniformizada na imprensa e nas redes sociais. Neles, o Mercado emerge como um sujeito político: o inimigo do “governo dos pobres”. É investimento especulativo (ops!) na ignorância do público.

A política populista, ao contrário do que se pensa, não nasceu na América Latina, mas nos EUA. Seu protagonista icônico foi Andrew Jackson, o sétimo presidente (1829-1837),

eleito sob o lema “a vontade do Povo”. De lá para cá, o discurso populista fixou-se no mítico confronto entre Main Street (a rua popular do comércio) e Wall Street (a rua dos bancos). A cristalização da imagem geográfica desdobrou-se nas proclamações de charges que opõem o “homem comum” ao banqueiro concupiscente. O mercado (financeiro) tornou-se o retrato do Mal.

O mercado, porém, não tem endereço, rosto ou Comitê Central. Não é seis carinhas milionários da Faria Lima. É uma teia complexa de intercâmbios pela qual flui o sangue das eco-

nomias de mercado (ou seja, de todos os países, inclusive a China, com exceções insignificantes como a Coreia do Norte).

São centenas de milhões de agentes econômicos espalhados pelo mundo. Da teia, participam desde magnatas das finanças até metalúrgicos aposentados cuja poupança repousa em fundos de investimentos. Você e eu, que temos modestos patrimônios aplicados em produtos financeiros, somos parte do tal mercado.

O mercado não é um partido. O paralelo melhor talvez seja com o trânsito: sua dinâmica reflete inúmeras ações indi-

viduais derivadas do interesse próprio. Ninguém fala em nome do mercado (ou do trânsito). Há apenas os que tentam interpretá-lo, de modo objetivo ou interesseiro. Lula gabou-se muitas vezes de suas (reais ou supostas) façanhas econômicas, “comprovando-as” por menções a altas na Bolsa. No discurso populista, o mercado só é malvado quando pune os atos do governo populista.

O mercado é uma bússola imprecisa, tendente a bruscas oscilações determinadas por ataques especulativos e movimentos de manada. Contudo, num horizonte mais exten-

so, sua agulha revela as direções corretas. Quando Lula 2 e Dilma 1 ignoraram a bússola, o Brasil ingressou na areia movediça de uma depressão histórica. No fim da linha, o líder populista tira dos pobres, com a mão direita, o que lhes deu com a esquerda.

O mercado não tem ideologia. Ele condenou a PEC Kamikaze, mesmo com a ultra-opportunista limitação temporal dos gastos extras. O que nunca veio foi a punição política, pelo voto dos parlamentares. É que a indômita oposição, PT incluído, preferiu a adesão.

O mercado sem ideologia apeia governos, inclusive da direita ultraliberal. A prova mora no Reino Unido e chama-se Liz Truss. Seu gabinete thatcherista, que jurava amar o mercado, durou 49 dias. O Povo (“unido, jamais será vencido”) nunca saiu às ruas para derrubá-lo. A queda humilhante começou quando anun-

ciou-se um pacote de corte de impostos (especialmente para os ricos) baseado em emissão de dívida pública. O mercado reagiu, recusando-se a comprar ativos em libras. Caput.

O mercado move-se ao sabor de fatos: não se impressiona com declarações balofas, principalmente as falsas (“sempre, nos meus governos, guiei-me pela responsabilidade fiscal”). “Nunca vi mercado tão sensível como o nosso”, reclamou Lula, fazendo eco a Truss. A torcida uniformizada foi atrás, cumprindo o papel subordinado que lhe cabe. A arrogância é péssima conselheira, ainda mais no atual cenário econômico internacional. O mercado topa o Bolsa Família e a extinção do teto de gastos — mas com uma pesada âncora fiscal.

Que ninguém se engane: o camarada Lira, neo-aliado, pulará fora de um barco à deriva. Melhor prestar atenção na agulha da bússola.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Cartel desvia verba da Codevasf com ‘sarjeta fantasma’, afirma TCU

Auditoria mostra também restrições à concorrência em licitações da estatal em MG dominadas por suposta líder

Flávio Ferreira

SÃO PAULO Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) revela que três empreiteiras maranhenses suspeitas de participação em cartel ou corrupção em licitações de pavimentação da estatal federal Codevasf desviaram dinheiro público ao cobrar até pela construção de sarjetas que nunca saíram do papel.

Documentos das obras com desvios mostram que parte delas teve como fiscal um servidor acusado pela Polícia Federal de ter recebido propina de uma das construtoras.

A investigação do TCU encontrou também restrições à concorrência em lotes de licitações da superintendência da Codevasf em Montes Claros (MG) em 2021 em razão da exigência excessiva de capital mínimo, ou de patrimônio líquido, para verificação da capacidade das empreiteiras.

Como a **Folha** revelou em abril, essas licitações em Minas Gerais foram dominadas pela empreiteira Engafort, já que ela conquistou 28 dos 42 lotes em disputa, sendo que em 10 deles participou sozinha.

Essa construtora é apontada pelo TCU como líder de um cartel de empresas de pavimentação na Codevasf, empresa entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e usada para escoar dinheiro das emendas de relator.

Segundo a fiscalização do TCU, calçadas previstas nas concorrências públicas deixaram de ser feitas e até não foram faturadas, mas os ganhos das construtoras não diminuíram em razão da assinatura de aditivos contratuais sem qual-



Estrada que recebeu pavimentação mas continua com muitos buracos na via Adriano Vizoni - 2.abr.22/Folhapress

quer motivação técnica ou “justificativa plausível”.

Chamou a atenção da fiscalização o fato de as irregularidades começarem já nos editais das licitações, que previam sarjetas profundas e em formato triangular, que são típicas de rodovias, para execução em vias urbanas e rurais.

A investigação nem precisou de perícias para constatar os desvios, uma vez que a mera análise das fotos dos locais pavimentados permitiu constatar que as benfeitorias do tipo especial não tinham sido construídas, apesar de faturadas.

A apuração foi feita apenas em uma pequena amostra de 23 contratos da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e seus

autores elaboraram um relatório no qual alertam para o risco de as irregularidades se estenderem a outros acordos da estatal.

A maior beneficiada com os desvios indicados no relatório é a construtora Engafort, indicada pela fiscalização como líder de um cartel de empresas de pavimentação responsável por fraudes em licitações da Codevasf que somam mais de R\$ 1 bilhão.

Segundo a análise, só nesse item de sarjeta a Engafort teria obtido R\$ 3,8 milhões sem ter realizado os serviços previstos para as cidades maranhenses de Santa Inês, Grajaú, Água Doce e Vitorino Freire e Lago da Pedra.

Outra empreiteira apontada pela fiscalização do TCU

como integrante do suposto cartel do asfalto é a Construtora JT, que segundo o relatório mais recente desviou cerca de R\$ 3,5 milhões em contratos incluídos na amostra da estatal.

O faturamento indevido foi para pavimentação nas cidades de Imperatriz, Santa Inês, Bacabal, Presidente Dutra e Fortuna, todas no Maranhão.

A terceira empresa citada é a Construservice, não incluída na lista do cartel, mas alvo da Polícia Federal sob a suspeita de fraudar licitações da Codevasf.

Os desvios da Construservice segundo o TCU somaram cerca de R\$ 500 mil em um contrato que prevê o asfaltamento em municípios do Tocantins.

A operação da PF em relação à Construservice já teve duas fases, sendo que em uma houve a prisão do suposto sócio oculto da empreiteira, o empresário Eduardo José Barros Costa, que depois foi solto.

A Codevasf diz que ainda não foi notificada sobre a auditoria e “mantém postura de cooperação permanente com órgãos de fiscalização”. E que suas licitações seguem a lei e que seus pagamentos “ocorrem exclusivamente por serviços efetivamente prestados”.

Engafort nega participação em cartel e diz que “não compactua com quaisquer ilicitudes e desconhece dos fatos alegados”.

“Inexistem quaisquer comprovações de indícios de irregularidades nos contratos com a Engafort, sendo necessário considerar que a empresa não está respondendo a nenhum processo, seja administrativo ou judicial”, completa.

A Construtora JT diz que as obras citadas foram executadas sob a supervisão e acompanhamento técnico da Codevasf.

“As inconsistências técnicas eventualmente verificadas serão devidamente sanadas nos termos propostos pelo ente contratante [Codevasf]”, afirmou.

O advogado Marcio Almeida, defensor de Julimar Alves, diz que seu cliente nega participação em quaisquer crimes na Codevasf e que já tem como comprovar a inocência dele.

Procurada, a Construservice não se manifestou.

PF investiga ataques de pescadores a indígenas na região do Vale do Javari

Vinicius Sassine

MANAUS A Polícia Federal no Amazonas abriu um inquérito nesta quinta-feira (17) para investigar relatos de ameaça de morte e ataque a tiros a cargo de pescadores ilegais contra indígenas kanamaris do Vale do Javari, na região da triplíce fronteira do Brasil com Colômbia e Peru.

O caso foi apresentado pela Akavaja (Associação dos Kanamaris do Vale do Javari). A ofensiva de pescadores ilegais que atuam na terra indígena envolveu arma apontada para o peito de uma liderança, ameaça de morte, danificação do motor de uma das embarcações dos indígenas e tiros disparados em direção às canoas, segundo o documento elaborado pela associação.

A PF em Tabatinga (AM) instaurou o inquérito e enviou policiais para a região do Vale do Javari, com o propósito de ouvir os kanamaris. O objetivo é tentar identificar os supostos agressores.

A ofensiva de pescadores relatada por indígenas se dá na mesma região e no mesmo contexto em que o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados, em 5 de junho deste ano.

Bruno e Dom foram executados por pescadores ilegais com atuação dentro e fora da terra indígena Vale do Javari, conforme a denúncia do MPF (Ministério Público Federal).

São réus no processo Amarildo Oliveira, o Pelado; seu irmão Osney de Oliveira, o Dos Santos; e Jefferson da Silva Lima, o Pelado da Dinha. Os dois primeiros vivem numa comunidade ribeirinha vizinha à terra indígena e são acusados de explorar a pesca ilegal. Eles decidiram matar Bruno e Dom após ofensiva do indigenista contra a atividade criminosa, segundo o MPF.

A PF investiga ainda outros pescadores das comunidades, sob a suspeita de participação na ocultação dos cadáveres.

Há ainda um inquérito que investiga uma rede criminosa de pesca na terra indígena e a possibilidade de conexão dessa rede com os assassinatos. O comando do grupo é atribuído pela PF a Ruben Dario da Silva Villar, o Colômbia. Ele foi preso por uso de documentos falsos e transferido a Manaus. Depois, foi solto mediante pa-

gamento de fiança e cumpre prisão domiciliar.

Desde o duplo homicídio, associações de indígenas e servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio) afirmam que o clima de tensão, ameaça e violência persiste.

A carta da associação dos kanamaris afirma que a ameaça de morte e os disparos ocorreram na manhã do último dia 9, dentro da terra indígena, mais especificamente no rio Itaquai. Foi na margem deste rio que Bruno e Dom foram assassinados, quando retornavam de uma área vizinha ao território para a cidade mais próxima, Atalaia do Norte (AM).

Um grupo de 30 indígenas, a maioria mulheres e crianças, navegava em embarcações com motores pouco potentes, como é comum na região. Eles foram abordados por pescadores ilegais “com as embarcações lotadas de quelônios e peixes”, pescados dentro da terra indígena, conforme a denúncia.

Os pescadores abordaram um dos kanamaris e ofereceram tracajás para que o grupo não denunciasse a atividade ilegal. Uma mulher do grupo, liderança dos indígenas, abordou os pescadores em reação à oferta, como consta no documento.

“Após questionar os pescadores sobre por que eles continuam adentrando o território dos povos indígenas, colocando em risco a vida de homens, mulheres e crianças, e dos grupos que vivem em isolamento dentro da terra indígena Vale do Javari, a liderança foi ameaçada”, cita a carta.

“Com uma arma apontada para o peito, escutei dos pescadores que as mortes no Vale do Javari não vão findar até que as principais lideranças sejam assassinadas”, diz.

A liderança estaria na lista de pessoas ameaçadas, conforme relato da associação. Ainda segundo a carta, o pescador retirou a máscara para que o rosto fosse visto e disse que Bruno e Dom foram mortos “por conta de atitudes assim”.

Após ameaças, a fiação do motor de uma embarcação foi cortada e outras canoas foram alvejadas com tiros, como consta na denúncia.

“Essa situação de violência extrema explícita a atual situação de violação de direitos humanos sob a qual vivemos os povos indígenas do Brasil, em especial da região”, diz a carta.

Bolsonaro nomeia ex-ministro sanfoneiro para a Embratur

BRASÍLIA A menos de dois meses para deixar o cargo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) nomeou nesta sexta-feira (18) Gilson Machado para a presidência da Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo).

Machado foi ministro do Turismo e deixou o cargo para disputar o Senado por Per-

nambuco. Ele acabou com 29%, derrotado para Tereza Leitão (PT), que fez 46%.

A nomeação de Gilson Machado para o comando da Embratur prevê um mandato de quatro anos no cargo de presidente da agência estatal.

A lei que trata do órgão, porém, afirma que o chefe do Executivo pode demiti-lo. As-

sim, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode retirá-lo do posto quando assumir o Palácio do Planalto, em 1 de janeiro.

Gilson Machado ficou conhecido como o sanfoneiro de Bolsonaro e se tornou um dos nomes mais próximos do presidente. Ele participou de diversas lives semanais em

que o mandatário expunha as realizações do governo.

Ele chegou a ser cogitado para ser candidato a vice de Bolsonaro. O presidente simpaticizava com a ideia por se tratar de um nome do Nordeste, região em que o chefe do Executivo sempre soube de executaria dificuldades. **Matheus Teixeira**

História do futuro do governo Lula é ficção

Cuidado para que realismo reacionário não suplante o idealismo progressista

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas".

A única "História do Futuro" que leio com gosto é a de Padre Vieira. Logo à partida, ele observa: "Nenhuma cousa se pode prometer à natureza humana mais conforme ao seu maior apetite, nem mais superior a toda a sua capacidade, que a notícia dos tempos e sucessos futuros (...). As outras histórias contam as cousas passadas; esta promete dizer as que estão por vir; as outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o Mundo; esta intenta manifestar ao Mundo aqueles segredos ocultos e escuríssimos que não chega a penetrar o entendimento" (Nota: o sujeito de "chega" é "entendimento").

Essa obra de Vieira é uma vertigem sebastianista sobre o surgimento do Quinto Império, quando Portugal representaria, então, o sumo e o vértice da civilização. Não aconteceu, mas prefiro a imaginação que prodigaliza o triunfo àquela que barateia o caos.

Desde que Lula foi eleito, as antevisões de uma iminente derrocada tornaram-se uma rotina em boa parte da imprensa, e esta sexta, 3 de fevereiro, marca apenas o 34º dia de seu governo. Mal se desligaram as urnas do primeiro turno, e se asseverou que a futura composição do Congresso antecipava a ingovernabilidade.

de. Com efeito, o ajuntamento de agora é o mais reacionário e ignorante da nossa história.

Ingovernabilidade? Na quarta (1º), elegeram-se Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), hoje aliados do petista, para as respectivas presidências da Câmara e do Senado. A costura da base de apoio nesta legislatura começou ainda na passada, quando se votou a PEC da Transição. Onde muitos anteciparam o Armagedom, com a vitória dos iníquos sobre o Deus da responsabilidade fiscal, vi uma solução — dados, é claro!, "o tempo presente, os homens presentes e a vida presente". É Drummond.

Exaltei à época, nesta coluna, o feito inédito de um presidente eleito que comandava a aprovação de uma emenda à Constituição ainda na vigência do governo que acabara de derrotar. Daria ao PT as condições de interferir no comando de um futuro Congresso que, cabeça a cabeça, prometia ser hostil — e dócil não será. É uma tolice saber se será a economia ou a política a decidir o sucesso ou insucesso de Lula. Não podem ser dissociadas, e há alternância na prevalência. Às vezes, é preciso dizer: "É a política, estúpido!"

Vieira identificou o nosso apetite pela "notícia dos tem-

pos e sucessos futuros". E sempre há quem não se faça de rogado, daí a fama dos gurus ainda hoje, invariavelmente picaretas. Então se diz: "Ah, mas os problemas de Lula começam agora..." Ousaria dizer que, em dois meses, ele viveu sucessos que valem um mandato. Enfrentou, por exemplo, uma tentativa de golpe de Estado no oitavo dia de mandato. A crise foi debelada. À esteira da barbárie, o presidente substituiu o comandante do Exército. Isso não quer dizer que o "fator militar" — ou que nome se dê à vontade de tutela — tenha desaparecido. O problema é do Brasil, não apenas do presidente. Nasceu com a República. E a resposta tem de ser nossa.

Há erros, é certo. Progressistas tendem a achar que a superioridade quase sempre verdadeira de suas escolhas morais toma o lugar dos fatos. E se descuidam do presente. É visível que o governo está, por exemplo, lidando mal com as redes sociais — e o mesmo se

digam sobre o PT. Coloque-se na balança a enormidade de tudo e indaguem que lugar ocupa, na ordem das urgências, chamar impeachment de "golpe" ou fazer pouco caso da independência do Banco Central. Enquanto isso acontecia, a extrema direita estava destruindo a reputação de Pacheco e inventando Rogério Marinho como candidato viável ao Senado. E tudo poderia ter saído pelo pior.

Sei que cito bastante. É diálogo com o que se escreveu antes. Desta feita, citarei a mim mesmo. Quanto mais os democratas olharem para trás para avançar, mais os reacionários olharão para a frente para fazer a sociedade retroceder. É preciso tomar cuidado para que o idealismo progressista não seja suplantado pelo realismo reacionário. É uma lição de "A Ideologia Alemã", de Marx e Engels. Vou voltar agora ao meu Vieira e me ocupar depois do tempo presente, dos homens presentes, da vida presente. Sem apocalipse.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Angela Alonso, Camila Rocha | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli



O presidente Lula (PT), com o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil) Pedro Ladeira - 29.dez.22/Folhapress

Ministro indica emendas para empreiteiras alvos de PF e TCU

Juscelino Filho diz que verbas são legais e beneficiam comunidades carentes

Mateus Vargas

BRASÍLIA Ao menos R\$ 42 milhões indicados pelo ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), em seu mandato como deputado irrigaram contratos com empreiteiras que estão no centro de suspeitas de irregularidades em obras da estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

A principal beneficiada foi a Engefort, que recebeu empenhos de cerca de R\$ 22,8 milhões e que é apontada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) como a que mais se beneficiou de um suposto esquema de cartel.

Como revelou a Folha, a empresa dominou licitações da Codevasf em 2021 e em parte usou uma empresa de fachada.

Outra beneficiada pelas emendas do então deputado federal é a Construservice, que teve R\$ 19,3 milhões empenhados a partir de verbas direcionadas por Juscelino para obras em diversos municípios do Maranhão.

Essa empreiteira tem como sócio oculto o empresá-

rio conhecido como Eduardo DP, que chegou a ser preso em operação da Polícia Federal em 2022 por suposta fraude em licitações e desvios de verbas federais na Codevasf.

A estatal federal nega irregularidades nas contratações e diz que as empresas disputaram concorrências conforme manda a legislação. As investigações, porém, mostram indícios de irregularidades em algumas das concorrências que envolvem as empreiteiras.

O ministro foi escolhido por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para as Comunicações como forma de acomodar a União Brasil no primeiro escalão do governo.

No governo Jair Bolsonaro (PL), Juscelino foi beneficiado por negociações entre Congresso e o Executivo para liberação de verbas, quando exercia o mandato de deputado federal pelo Maranhão.

Registros em notas de empenho do governo federal, além de documentos do Ministério do Desenvolvimento Regional, mostram que ele apadrinhou pelo menos R\$ 77 milhões de 2019 a 2021.

A maior parte do recurso é

de emendas do relator. Há ainda "destaque orçamentário", recurso que era liberado pelo governo antes de 2020, quando ainda não havia sido criada a emenda que se tornaria uma das principais moedas de troca na relação entre o governo de Bolsonaro e o Congresso.

Esse recurso foi usado principalmente pela Codevasf em obras de pavimentação no Maranhão.

Em 2022, quando o Congresso passou a divulgar as indicações dos parlamentares, Juscelino sugeriu repasses de R\$ 16,5 milhões por meio desse tipo de emenda, principalmente para reforçar fundos municipais de saúde no Maranhão.

Não há uma base de dados que aponte o total de indicações de Juscelino que foram empenhadas e pagas. Procurado, o ministro não informou qual a cifra que indicou nos últimos anos.

Uma parte dos recursos foi distribuída a prefeituras em convênios com a Codevasf.

Em um dos casos, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo, o município de Vitorino Freire (MA) firmou contrato de R\$ 7 milhões com a Cons-

truservice, sendo que a principal obra é para pavimentação de via que leva a uma fazenda do ministro.

A cidade é governada por Luanna (União Brasil), irmã de Juscelino. A Construservice participou sozinha da licitação aberta pela prefeitura de Vitorino Freire.

Outras três obras indicadas por Juscelino — de R\$ 10 milhões — e executadas pela Engefort no mesmo município tornaram-se alvo da CGU (Controladoria-Geral da União).

Em relatório de 2022, o órgão afirmou que houve "uma série de serviços desnecessários", como a remoção de árvores e raízes em vias em ambiente urbano.

Em nota enviada à Folha no ano passado, Juscelino disse que a Codevasf "já prestou esclarecimentos" à CGU sobre as obras feitas na cidade de sua irmã.

"Em relação às obras realizadas com recursos de emendas de minha autoria, é importante dizer que os trabalhos foram devidamente executados e concluídos, beneficiando e melhorando a vida de dezenas de famílias vitorinenses", disse ainda o então parlamentar.

A Codevasf afirmou que observou recomendações emitidas pela CGU.

"A Codevasf possui sólida estrutura de governança e colabora ativamente com a atuação de órgãos de fiscalização e controle e da Justiça. Os procedimentos licitatórios da companhia são realizados com estrita observância à legislação aplicável", afirmou a estatal federal.

O ministro, por meio de sua assessoria, afirmou que as emendas "beneficiam diversas comunidades carentes do interior do Maranhão, tratando-se de medida perfeitamente legal".

"Assim como em toda emenda, a responsabilidade da contratação é do executor da obra, e não do parlamentar. Emenda parlamentar, vale dizer, é um instrumento legítimo e democrático", disse ainda.

Declarou que é "uma ilação" a tentativa de associar o deputado e as emendas às empresas.

O TCU aponta a Engefort como a principal beneficiada de um suposto cartel de empresas de pavimentação em fraudes a licitações da Codevasf que superam R\$ 1 bilhão. Apenas essa empreiteira venceu editais com indícios de irregularidade de cerca de R\$ 893 milhões, segundo auditores do tribunal.

Para realizar o pente-fino, o TCU adotou como base um guia de combate a cartéis usa-

do pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Com isso, diz ter encontrado evidências de que as ações do cartel do asfalto envolveram propostas de fachada e combinação de rodízio entre as empresas.

A investigação da área técnica do tribunal foi motivada por uma série de reportagens da Folha sobre as manobras licitatórias da Codevasf e a participação de empresa de fachada nas concorrências vencidas pela Engefort.

Já a operação da PF em relação à Construservice, intitulada Odoacro, teve duas fases, sendo que em uma delas houve a prisão do suposto sócio oculto da empreiteira, o empresário Eduardo José Barros Costa, que depois foi solto.

Nesse inquérito da PF, a Construservice também é suspeita de ter pago propina de R\$ 250 mil ao então gerente da estatal Julimar Alves da Silva Filho, que foi afastado de seu cargo público.

Questionada em outubro sobre o suposto cartel, a Codevasf disse que "os procedimentos licitatórios da instituição são realizados de acordo com leis aplicáveis, por meio do portal de compras do governo federal, e são abertos à livre participação de empresas de todo o país".

A empresa Engefort nega que tenha liderado um cartel para fraudar licitações da Codevasf. "A Engefort Construtora repudia veementemente os apontamentos de que participou de um cartel, uma vez que nunca combinou preços com empresas concorrentes e jamais atuou para fraudar qualquer licitação", disse a empresa.

Afirmou ainda que não responde por outras empresas nem "pode ser responsabilizada pela participação destas em certames públicos".

Pai de Juscelino Filho e ex-prefeito de Vitorino Freire, Juscelino Rezende ainda acompanhou um representante da Engefort em reunião com o então chefe da 8ª superintendência da estatal, João Francisco Braga, em 2020.

Em nota, o Ministério das Comunicações disse que Juscelino Filho "esteve em diversas reuniões na Codevasf e em diversos outros órgãos, como é seu papel e dever de atuar em favor de sua região".

A Prefeitura de Vitorino Freire afirmou que todas as obras seguiram a legislação.

"Por meio dessas verbas [de emendas] temos investido em melhorias substanciais no município trazendo qualidade de vida aos cidadãos e garantindo o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Todas as obras executadas seguiram as regras legais", disse o governo municipal.

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Micro

O Desenrola, programa em elaboração no Ministério da Fazenda para ajudar pessoas endividadadas, terá uma modalidade para dívidas de até R\$ 100. Pela projeção apresentada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente Lula (PT), essa opção, chamada de “fase 1”, tem o potencial de alcançar 1,5 milhão de pessoas somente para pendências bancárias. Se outros setores aderirem, como o varejo e empresas públicas, o número pode ultrapassar 5 milhões.

FOCO A previsão é haver também uma “fase 2”, para beneficiários de programas sociais e pessoas com renda de até dois salários mínimos. Nela, os descontos podem alcançar até 90% para financiamento em 60 meses, com taxa de 1,99% ao mês. O limite para o montante negativado é de R\$ 5.000. Nesta modalidade, será permitido empréstimo consignado, com quitação por meio de descontos em benefícios sociais e aposentadorias do INSS.

EM OBRAS O Desenrola ainda enfrenta um problema operacional. Será preciso criar uma plataforma para permitir que os credores localizem os devedores, e vice-versa. Não há data de lançamento prevista.

PRETEXTO O governo Lula aposta em conseguir o apoio de cerca de 90 dos 108 deputados da federação entre União Brasil e PP, que vem sendo negociada pelas direções dos dois partidos. O PP, que endossou a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro (PL), hoje se coloca como oposição a Lula. A federação poderia servir como um passaporte para a adesão de parte da bancada ao atual governo.

ALVO O grupo Prerrogativas divulgou nota em que diz ver perseguição ao juiz Eduardo Appio, que assumiu os processos da Lava Jato, em Curitiba. Ele é acusado de parcialidade por ter feito doação para a campanha de Lula e usado a assinatura LUL22 em processos eletrônicos. “Sem nenhum processo julgado até o momento, o juiz já é vítima de lawfare”, diz a nota.

LAÇOS Flávio Caetano, ex-secretário da Reforma do Judiciário, entrou na disputa pela vaga do STJ aberta com a aposentadoria do ministro Felix Fischer. Ele trabalhou na campanha de Fernando Haddad para prefeito de SP e na de reeleição de Dilma Rousseff.

Três Poderes

VENCEDORES DA SEMANA

Servidores da Receita, que resistiram à pressão para entregar a emissários de Jair Bolsonaro as joias doadas pela Arábia Saudita

PERDEDORA DA SEMANA

A ditadura da **Nicarágua**, que viu seu apoio na esquerda se esfumar, com notas críticas de PSOL, PSB e do dirigente petista Alberto Cantalice. Mas o PT mesmo segue omissivo

FIQUE DE OLHO

Semana deve ser quente no caso das joias, com depoimento do ex-ministro **Bento Albuquerque**; na área econômica, governo Lula dá os últimos retoques na âncora fiscal

com **Guilherme Seto** e **Juliana Braga**

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL

PLANO MENSAL

Digital Ilimitado

R\$ 29,90

Digital Premium

R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA

Venda avulsa

seg. a sáb.

R\$ 6

R\$ 7

R\$ 7,50

R\$ 11,50

R\$ 12

R\$ 15

R\$ 9

R\$ 10

R\$ 11

R\$ 14

R\$ 15

Assinatura semestral*

Todos os dias

R\$ 942,90

R\$ 1.189,90

R\$ 1.501,90

R\$ 1.618,90

R\$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

343.169 exemplares (janeiro de 2023)



O presidente Lula (PT) fala com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), em sua posse Mauro Pimentel - 1º.jan.23/AFP

Governo Lula assina contratos milionários com indícios de cartel

Licitações de pavimentação da Codevasf herdadas de Bolsonaro somam R\$ 650 milhões e seguem práticas suspeitas segundo TCU

Flávio Ferreira, Artur Rodrigues e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou contratos de cerca de R\$ 650 milhões herdados de Jair Bolsonaro (PL) que levam para a atual gestão uma série de empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel em obras de pavimentação.

As empresas contempladas agora e as práticas suspeitas nas concorrências são semelhantes às reveladas no ano passado em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a ação de um chamado “cartel do asfalto” a partir de licitações da estatal federal Codevasf.

O governo Lula assinou os contratos e manteve a direção da Codevasf nomeada por Bolsonaro, mesmo com essa e outras fiscalizações do TCU e da CGU (Controladoria-Geral da União) que apontam irregularidades em série, como superfaturamentos, desvios e obras precárias.

A Codevasf foi entregue por Bolsonaro ao centrão e mantida dessa forma por Lula em troca de apoio no Congresso.

A Folha analisou as 56 licitações de pavimentação da Codevasf de 2022, feitas principalmente em dezembro, na reta final do governo Bolsonaro. Desse total, 47 concorrências levaram à assinatura de contratos em 2023, já sob Lula.

A maior parte das concorrências teve a participação de pelo menos uma empreiteira apontada pelo TCU como suspeita de integrar o “cartel do asfalto”. Os contratos resultantes desse lote somam R\$ 650 milhões.

Nesse grupo de licitações a reportagem encontrou situações que indicam a entrada de empreiteiras apenas para fazer número ou simular competição em concorrências, além da repetição de um padrão de divisão de mercado em regionais da Codevasf verificado pelo TCU.

Uma das tendências é a de baixa competitividade nas licitações.

Em um setor em que há centenas de empresas em condições de disputar obras de pavimentação, as concorrências da Codevasf tiveram, em média, apenas seis participantes para esses novos contratos. A auditoria do TCU mostra que antes do governo Bolsonaro a média alcançava o triplo desse valor (18 concorrentes).

Outro indício destacado pelo TCU se refere à queda nos descontos oferecidos pelas empresas nas licitações. Nos pregões de 2022 analisados pela Folha, o desconto médio foi de 11%. Em 2018, o percentual era de 30%.

Um dos casos concretos que chama a atenção é o de uma disputa em Minas Gerais ganha por uma empreiteira do Rio Grande do Norte, que fica a cerca de 1.800 km da regional mineira da Codevasf.

Apesar de o setor de construção pesada ter mais de 200 empresas em Minas Gerais, apenas 4 construtoras entraram na concorrência para um contrato de cerca de R\$ 29 milhões.

A licitação foi aberta pelo sistema de pregão eletrônico, pelo qual os lances e comunicações com os pregoeiros são feitos online.

Na abertura, a empreiteira potiguar CLPT fez uma oferta com desconto de apenas 1% em relação ao preço de referência da obra. Outras três construtoras deram lances melhores, com abatimentos de 9,1%, 9% e 5,5%.

Porém, ao serem sucessivamente convocadas para formalizarem suas propostas de acordo com os preços finais, e assim ganharem a disputa, nenhuma das três efetivou a vitória na prática.

Duas delas nem apresentaram a proposta. A outra solicitou a própria desclassificação, “em razão de não possuir atestados suficientes”. Isso abriu espaço para que a CLPT, que tinha dado o pior desconto, levasse o contrato.

Fatos como esse coincidem com situações de risco indicadas em guias de combate a cartéis elaborados pela OCDE

“Ao longo do procedimento licitatório e até mesmo da execução contratual a estatal não só pode como deve rever seus atos”

Pedro Estevam Serrano professor de direito constitucional da PUC-SP

(Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que serviram de base para a auditoria do TCU.

A primeira delas é o “número de propostas substancialmente inferior ao esperado”, já que a licitação teve apenas quatro concorrentes e é grande o número de empresas aptas a fazer pavimentações em Minas Gerais.

Outra é a de que “uma empresa foi convocada como vencedora, seja porque apresentou o menor preço/menor desconto, mas não apresentou sua proposta”. No caso de Minas Gerais, essa circunstância atingiu duas das empreiteiras com melhores descontos.

Nessa licitação ainda houve situação que se assemelha a proposta fictícia, “caracterizada por apresentação de proposta por empresa que não tinha condições de atender aos critérios de habilitação”, já que uma empresa pediu a própria eliminação por não ter a documentação suficiente para ganhar o contrato.

A CLPT é a empresa que lidera o ranking de vitórias na Codevasf em 2022 no quesito valor, tendo levado contratos que somam R\$ 144 milhões. Segundo a Receita Federal, o sócio-administrador da CLPT é Mario Lino de Mendonça Neto.

Ele foi candidato a vice-prefeito da cidade de Upanema (RN) pelo MDB.

A campeã das licitações de 2021, a empreiteira maranhense Engelfort, indicada na auditoria do TCU como a entidade líder do cartel do asfalto, levou contratos que somam R\$ 47 milhões para execução na gestão Lula.

Uma das vitórias da Engelfort, para um lote de pavimentações no estado do Tocantins, seguiu o mesmo roteiro da licitação de Minas Gerais ganha pela CLPT: desconto ínfimo de 0,01% e eliminação em série das supostas concorrentes.

Continua na pág. A6

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Não passa nada

O PL das Fake News, apoiado pelo governo federal, proíbe autoridades de bloquearem outros usuários, mas a menos cinco ministros e o próprio Lula (PT) já se valeram da prática. Além do presidente, Fernando Haddad (Fazenda), Márcio França (Portos), Silvío Almeida (Direitos Humanos), Paulo Pimenta (Secom) e Flávio Dino (Justiça) restringiram o acesso aos seus perfis no Twitter. Os dois últimos participam diretamente das articulações para a aprovação do projeto de lei.

VITRINE Pelo texto do relator, Orlando Silva (PCdoB-SP), o agente político deverá indicar qual perfil representa seu cargo ou mandato oficialmente. Mas mesmo contas pessoais podem ser enquadradas na regra se tiveram predomínio de conteúdo relativo ao cargo.

OUTRO LADO 1 Por meio da Secom, Lula declarou que os perfis foram bloqueados antes da posse e devido a ofensas, discurso mentiroso ou difamatório. O Pánel identificou ao menos dois casos, no entanto, de pessoas que disseram em 2023 terem sido bloqueadas.

OUTRO LADO 2 Dino afirmou que seu perfil é pessoal e que “os bloqueios derivam da identificação de agressões pessoais, ofensas morais ou veiculação profissional de fake news”. Pimenta declarou ter bloqueado somente perfis identificados como robôs ou disseminadores de conteúdos criminosos e disse que qualquer cidadão com críticas que queira dialogar será bem-vindo.

OUTRO LADO 3 A assessoria de França disse que “o direito à livre manifestação é pleno, contudo, incompatível com qualquer expressão de ódio, violência ou ameaça, indícios que representam crimes na legislação brasileira”. Almeida e Haddad não responderam.

ENTURMADO 1 A mudança do ministro Dias Toffoli para a Segunda Turma do STF deve contribuir para que seus posicionamentos prevaleçam com mais frequência. De perfil garantista, ele com frequência ficava isolado na Primeira Turma, tida como mais punitivista.

ENTURMADO 2 Já na Segunda Turma, o ministro estará acompanhado de Gilmar Mendes, André Mendonça e Kassio Nunes, também garantistas. Por lá, é Edson Fachin quem costuma ser voto vencido.

Três Poderes

VENCEDORAS DA SEMANA

As **big techs** (Google, Meta, Twitter e outras), que, apesar de usarem métodos questionáveis, conseguiram influenciar o debate na Câmara e evitar a votação do PL das Fake News.

PERDEDOR DA SEMANA

O ministro das Relações Institucionais, **Alexandre Padilha**, que levou a culpa pelas derrotas do governo na Câmara e recebeu puxão de orelha público de Lula.

FIQUE DE OLHO

Fernando Haddad indica diretores do BC; CPI do 8/1 deve definir comando; cerco se fecha sobre Mauro Cid no caso das vacinas.

com **Guilherme Seto** e **Juliana Braga**

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 942,90
DF, SC	R\$ 7	R\$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 1.618,90
Outros estados	R\$ 12	R\$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

341.677 exemplares (março de 2023)



Sede da estatal Codevasf em Brasília Gabriela Biló - 14.abr.2023/Folhapress

Governo Lula aprova benefícios em série a suspeita de cartel alvo de TCU e CGU

Aditivos contratuais favorecem empreiteira; estatal Codevasf afirma que visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços

Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Lula (PT) assinou neste ano aditivos contratuais que favorecem a empreiteira Engafort, alvo de acusações de irregularidades detectadas pela CGU (Controladoria Geral da União) e indicada em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) como a líder de um cartel que teria fraudado licitações de pavimentação no total de mais de R\$ 1 bilhão de 2018 a 2021.

Esses aditivos, por meio da estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), tratam principalmente da prorrogação ou “reinício” de 12 contratos cujos valores originais somam cerca de R\$ 180 milhões para obras nos estados de Amapá, Bahia, Ceará, Paraíba, Sergipe e Tocantins.

Dois desses contratos do Amapá já foram atacados por fiscalizações do TCU e da CGU. Os auditores encontraram nas obras desvios, superfaturamentos e falta de projeto, entre outras irregularidades.

Apesar disso, agora sob Lula, um desses contratos teve seu valor aumentado e seu prazo prorrogado em 2023. Outros contratos foram estendidos apesar de ainda não terem saído da estaca zero.

Além das irregularidades nos contratos aditivados, o TCU e a CGU já apontaram irregularidades graves em várias outras obras da Engafort, levando a própria Codevasf a abrir procedimentos internos. A estatal já afirmou que suas apurações podem levar a pedidos de ressarcimento à Engafort. No Maranhão, por exemplo, as acusações são de desvios com “sarjetas fantasma” nas obras.

A Codevasf foi entregue pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e é mantida dessa forma por Lula em troca de apoio no Congresso, no chamado “toma lá, dá cá”.

Presidente da estatal desde 2019, indicado pelo líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), o engenheiro Marcelo Moreira foi mantido pela gestão Lula. O novo governo promove mudanças em diretorias e nas superintendências estaduais para conseguir apoio no Congresso.

A Engafort, construtora maranhense sediada em Impeatriz (a 630 Km de São Luís), chegou a dominar licitações de pavimentação da Codevasf na gestão Bolsonaro, muitas vezes participando sozinha ou



A prorrogação de prazos assegura a continuidade da prestação de serviços e o emprego efetivo de recursos orçamentários já empenhados

Codevasf em nota

na companhia de empresa de fachada, como revelou a Folha.

A maior parte dos contratos da estatal com a empreiteira foi abastecida por emendas parlamentares.

Três das obras que receberam aditivos em 2023, orçadas em R\$ 90 milhões, foram indicadas pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Em um dos casos que envolveu emendas de relator de autoria de Alcolumbre, técnicos do TCU já chegaram a apontar direcionamento pelo congressista em favor da Engafort.

Em ofício que enviou à estatal no qual escolheu as cidades a serem beneficiadas e o tipo de pavimento que elas receberiam, Alcolumbre anexou até uma planilha com o timbre da construtora.

Já o relator do caso, o ministro Jorge Oliveira, não viu favorecimento de Alcolumbre à Engafort. O ministro acatou o argumento de que a construtora havia ganhado todas as licitações de diferentes tipos de pavimentação no Amapá, e assim de qualquer forma levaria os contratos no estado.

A construtora já fez uma reunião na Codevasf com Alcolumbre, sem registro em ata. Em 22 de setembro de 2021, o senador e Fernando Teles Antunes Neto, gerente comercial da Engafort, tiveram encontro com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

Em relatório divulgado neste ano, a CGU afirmou que ainda não havia definição sobre quais ruas seriam pavimentadas em duas destas obras apadrinhadas por Alcolumbre, cerca de dois anos após a assinatura dos contratos.

Além de atrasos, a controladoria aponta sobrepreço (R\$ 1,4 milhão), superfaturamento (R\$ 592,5 mil) e outros prejuízos no valor de R\$ 1,9 milhão, como em falhas no dimensionamento das pavimentações. Ou seja, irregularidades de cerca de R\$ 3,9 milhões.

Um dos contratos para o Amapá foi assinado em 2021 e recebeu três aditivos no governo Lula, em janeiro, fevereiro e abril. Ao fim do governo Bolsonaro, o contrato tinha valor de aproximadamente R\$ 28,8 milhões, mas, com os aditivos assinados em janeiro e abril, o montante subiu para cerca de R\$ 29,2 milhões. Já o adendo de fevereiro prorrogou o prazo do contrato em dez meses.

Um dos aditivos na Paraíba chegou a apontar o “reinício do contrato”. Os aditivos de abril prorrogaram os prazos para mais um ano.

Fiscalização feita em setembro de 2022 pela CGU ainda encontrou falhas no asfalto pago com as emendas de Alcolumbre. Fotos da auditoria em Macapá (AP) mostram que parte do piso se deslocou para a extremidade da pista, formando fendas perto do acostamento.

Dos 12 contratos que receberam aditivos, ao menos quatro têm 0% de execução, segundo informações da Codevasf.

A obra mais adiantada no grupo que recebeu aditivo em 2023 está 87% concluída e custou R\$ 2,5 milhões, enquanto o segundo contrato mais avançado tem 33% de execução.

O site da Codevasf não mostra dados sobre duas obras. Uma delas, no Ceará, também virou alvo da CGU. O órgão diz que o orçamento desse contrato, de R\$ 18,45 milhões, inclui serviços de R\$ 7,2 milhões que não serão feitos, como o destocamento de árvores.

Questionada na semana passada sobre a Codevasf ter ampliado contratos com a Engafort mesmo após ressalvas de órgãos de controle, a Secom não se manifestou.

Estatal diz que aditivos buscam continuar obras

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que “os aditivos mencionados referem-se a dilatações de prazo”. “A prorrogação de prazos assegura a continuidade da prestação de serviços e o emprego efetivo de recursos orçamentários já empenhados”.

A estatal negou que tenha ocorrido aumento do valor de um dos contratos do Amapá por meio de aditivo.

Segundo a estatal, o aditivo “refere-se à formalização de pagamento do valor indenizatório relacionado a reequilíbrio econômico-financeiro”.

“O reequilíbrio tem por objetivos manter as condições efetivas da proposta aprovada em licitação pública e restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente”, afirmou.

Sobre a fiscalização da CGU, a estatal sustentou que “tem adotado medidas para ajustar processos com vistas ao atendimento a apontamentos de relatórios de auditoria, inclusive em relação a valores”.

Em nota, a Engafort afirmou que repudia “veemente quaisquer alegações de indícios formação de cartel, conluio e fraude existentes nos certames licitatórios em que participou” e “não compactua com quaisquer ilicitudes”.

A empresa informou que “todas as respostas necessárias serão apresentadas aos órgãos responsáveis”.

O senador Davi Alcolumbre afirmou que espera que os órgãos de controle, “no papel de auxiliares do Congresso”, “exercem sua missão nos processos instaurados para fiscalizar as denúncias de irregularidades, considerando que a Codevasf é a empresa responsável por todo o processo de execução orçamentária e de implantação das obras realizadas com recursos de emendas parlamentares destinadas com a finalidade de atender ao interesse público”.